



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
MJSP – POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – GTED/SR/PF/RJ

## ANEXO I

### TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

#### INTRODUÇÃO

Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico, conforme versão dezembro/2018, apresenta-se como anexo esse termo, elaborado pelo responsável técnico pelo Termo de Referência, no qual especifica-se os pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

#### PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não será admitida a participação de consórcios e sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico sendo que não possui formação ou competência para exprimir opinião fundamentada.

#### REGIME DE EXECUÇÃO

Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

*"Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:*

*a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;"*

Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução—**Empreitada por Preço Global**. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:

"a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com

grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária dentre outras;"

## **SUBCONTRATAÇÃO**

No que tange a aspectos técnicos de engenharia, o objeto é um projeto técnico de engenharia e todos os serviços contratados são importantes para a entrega do produto final. Porém, do ponto de vista técnico, o projeto básico e executivo seria objeto de vedação para subcontratação no todo, haja vista a responsabilidade da empresa na entrega de todos os serviços, podendo os demais serem subcontratados respeitando o limite estabelecido no Projeto Básico de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

É vedada a sub-rogação da disciplina de Coordenação;

A subcontratação ou transferência das responsabilidades de Coordenação de projetos implica em descumprimento contratual passível de rescisão imediata do contrato.

## **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **Habilitação Técnica Geral**

Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (Lei nº 5.194/66) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU (Lei nº 12.378/2010);

Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA/CAU ou respectivo órgão competente, dos integrantes da equipe técnica;

Indicação de equipe técnica conforme modelo;

Comprovação de vínculo dos profissionais da equipe técnica com a licitante.

### **Habilitação Técnico Operacional**

Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de projetos de arquitetura/engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior

relevância e valor significativo do objeto da licitação, todos executados utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling).

- a. Elaboração de projetos executivos de arquitetura de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 570,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta metros quadrados);
- b. Elaboração de projetos executivos de estruturas de edificações, ou conjunto de edificações mesmo lote (terreno), de área mínima de 160,00 m<sup>2</sup> (cento e sessenta metros quadrados);
- c. Elaboração de projetos executivos de instalações elétricas de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno), de área mínima de 530,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta metros quadrados);
- d. Coordenação geral de projetos envolvendo pelo menos as disciplinas de arquitetura, estruturas, instalações e instalações elétricas, ou conjunto de edificações no mesmo lote(terreno), de área mínima de 570,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta metros quadrados);

**Será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a habilitação técnica operacional exigida.

Habilitação Técnico Profissional dos membros da equipe técnica

Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do profissional(ais), relativo à execução de projetos de arquitetura/engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, todos executados utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*).

- a. Serviços de elaboração de projetos executivos de arquitetura de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno);
- b. Serviços de elaboração de projetos executivos de estruturas de edificações, ou conjunto de edificações mesmo lote (terreno);
- c. Serviços de elaboração de projetos executivos de instalações elétricas de edificações, ou conjunto de edificações no mesmo lote (terreno);
- d. Coordenação geral de projetos envolvendo pelo menos as disciplinas de arquitetura, estruturas, instalações e instalações elétricas, ou conjunto de edificações no mesmo lote(terreno);

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

- a. O sócio que comprove vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;
- b. O administrador ou o diretor;
- c. O empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e

d. O prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

**Será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a habilitação técnica profissional exigida.

## **JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO E BDI DIFERENCIADO**

Cabe aqui a justificativa em relação ao **não parcelamento** do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia no fornecimento e instalação da solução, ou conforme aludido por Fernandes, 2010:

“Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da elaboração dos projetos básicos e executivos, utilizando metodologia BIM (*Building Information Modeling*), do Depósito de Bens Apreendidos, Áreas Adjacentes e Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Frise-se que a contratação em separado é a regra para o legislador, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o que no presente caso não se configura.

Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta pela contratação conjunta, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.

## **SUSTENTABILIDADE**

Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 4 de junho 2014, os projetos básicos e executivos devem ser desenvolvidos visando, obrigatoriamente, à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe de eficiência "A".

Ainda, a elaboração dos projetos, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- acessibilidade; e
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.



---

**RICARDO BRAGA VIEIRA**  
Engenheiro Sênior - GTED/SR/PF/RJ